INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA ESCOLA

DALVA ROSEMEIRE DA SILVA GALASSI

Resumo

O objetivo desse presente trabalho é identifcar e apresentar como a inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão sendo incluídas dentro do ensino público. Este trabalho acadêmico segue a metodologia da pesquisa científca e dentre as diferentes vertentes da pesquisa científca, optou-se pela revisão bibliográfca, que consiste na coleta de dados a partir de bibliografas já publicadas. Foi possível concluir que a inclusão de autistas na educação é um desafo que exige o engajamento de toda a comunidade escolar e da sociedade como um todo. É preciso que sejam garantidos os direitos e oportunidades de acesso à educação para todos, independentemente de suas condições individuais.

Palavras-chave: Educação. Educação Especial e Inclusiva. Autismo. Transtorno do Espectro Autista. TEA.

Abstract

The objective of this present work is to identify and present how the inclusion of children with Autistic Spectrum Disorder (ASD) are being included within public education. This academic work follows the methodology of scientifc research and among the difeerent aspects of scientifc research, we opted for a bibliographical review, which consists of collecting data from already published bibliographies. It was possible to conclude that the inclusion of autistic people in education is a challenge that requires the engagement of the entire school community and society as a whole. It is necessary to guarantee the rights and opportunities of access to education for all, regardless of their individual conditions.

Keywords: Education. Special and Inclusive Education. Autism. Autistic Spectrum Disorder. TEA.

INTRODUÇÃO

Desde a década passada, o governo federal brasileiro tem investido no tratamento de doenças intelectuais, devido à estimativa de que cerca de 20% das crianças e adolescentes sofrem de algum tipo de transtorno intelectual, e aproximadamente 4% necessitam de tratamento intensivo por tempo indeterminado (BRASIL, 2005). Há cerca de dois milhões de brasileiros com autismo, sendo mais de 300 mil casos confrmados somente em São Paulo (OLIVEIRA, 2018).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um grupo de habilidades de desenvolvimento que se caracteriza por defciências na interação social, comunicação padronizada, restritiva e comportamentos repetitivos (APA, 2013). Uma das características mais marcantes do autismo é a dependência que o portador da síndrome apresenta, devido às importantes difculdades em realizar tarefas consideradas comuns (MACHINESKI et al, 2013).

O diagnóstico é geralmente feito por um médico, com base no aspecto comportamental do indivíduo (MOREIRA et al, 2016). No entanto, diversos fatores podem retardar esse diagnóstico, como a falta de percepção dos pais ou pouco conhecimento dos profssionais sobre a doença (LOPEZ-PISON et al, 2014).

A vivência de um indivíduo autista é signifcativamente diferente da de um não autista, especialmente no que se refere ao convívio familiar e social. Os portadores dessa síndrome compreendem o mundo de forma diversa, apresentando diversas variações de percepção (BERNARDO et al, 2015).

O autismo é considerado atualmente "uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e evolução de um distúrbio do desenvolvimento, caracterizada por défcits na interação social e no relacionamento com os outros, associada a alterações de linguagem e comportamento" (ASSUMPÇÃO JR et al, 1999).

Em 1994, estimava-se que houvesse três casos de autismo em cada 10.000 crianças. Atualmente, sabe-se que a proporção é de 60 casos em cada 10.000 crianças (FLEISCHER, 2012).

Este trabalho acadêmico segue a metodologia da pesquisa científca, que, segundo Gil (2008, p.17), é um "procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos". De acordo com

Tartuce (2006, p. 12), o método científco é "a expressão lógica do raciocínio associada à formulação de argumentos convincentes, que têm por fnalidade informar, descrever ou persuadir um fato".

Entre as diferentes vertentes da pesquisa científca, optou-se pela revisão bibliográfca, que consiste na coleta de dados a partir de bibliografas já publicadas. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.174), "o levanta-

mento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias)". Conforme Gil (2002, p.44), a revisão bibliográfica é realizada com base em "material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Embora muitos estudos exijam algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas que se desenvolvem exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

O objetivo desse presente trabalho é identificar e apresentar como a inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão sendo incluídas dentro do ensino público.

INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NA REDE PUBLICA DE ENSINO

A criança autista vive em um mundo próprio e único, inacessível para os outros ao seu redor, e seu comportamento característico chama a atenção. (BERNARDO et al, 2015)

Essas crianças geralmente têm dificuldade em conviver em grupo, mesmo com crianças da mesma idade, embora, dependendo do grau do transtorno, algumas possam desenvolver habilidades sociais. (BERNARDO et al, 2015)

O isolamento é uma das características mais marcantes do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), visível desde os primeiros anos de vida, e a dificuldade em desenvolver relacionamentos interpessoais e vínculos maternos pode ser notada precocemente. (CAMARGOS, 2002)

ALGUMAS CONCEITUAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O AUTISMO

O autismo não foi "descoberto" como uma condição singular em um momento específico. Em vez disso, a compreensão do autismo evoluiu ao longo do tempo através de observações clínicas e pesquisas em diversos campos da medicina, psicologia e neurociência.

Segundo Braunwald (1988, p. 882), “O autismo é uma síndrome representada por um distúrbio difuso do desenvolvimento da personalidade.”. caracterizado pela “(...) incapacidade da criança em desenvolver interações sociais normais ou uma linguagem comunicativa; são igualmente típicas a extrema obsessividades, preocupação, perseverança, resistência a mudanças e as ações estereotipadas”

O autismo pode ser considerado uma, de acordo com Pereira, 1996, p. 27:

“deficiência mental específica, susceptível de ser classificada nas Perturbações Pervasivas do Desenvolvimento, que afeta qualitativamente as interações sociais recíprocas, a comunicação não-verbal e a verbal, a atividade imaginativa e se expressa através de um repertório restrito de atividades e interesses” (PEREIRA, 1996, p. 27)

Para Assumpção Jr. et al, (1999, p.944) “O autismo é visto hoje como uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e evolução de um distúrbio do desenvolvimento, caracterizada por déficit na interação social e no relacionamento com os outros, associado a alterações de linguagem e comportamento”

As primeiras descrições de comportamentos associados ao autismo remontam ao final do século XIX, quando os médicos europeus Jean-Martin Charcot e Eugen Bleuler começaram a notar padrões incomuns de comportamento em pacientes que apresentavam sinais de transtornos mentais. No início do século XX, o psiquiatra Leo Kanner publicou o primeiro artigo que descreveu o que ele chamou de "autismo infantil precoce", baseado em suas observações clínicas de 11 crianças que apresentavam comportamentos atípicos. (DONVAN & ZUCKER, 2017)

Ao mesmo tempo, o psiquiatra austríaco Hans Asperger publicou suas próprias observações sobre um grupo de crianças com comportamentos semelhantes, que ele chamou de "psicopatas autistas". Asperger descreveu o autismo como um traço inato e sugeriu que a condição era mais comum em famílias com história de transtornos mentais.

Na década de 1970, a compreensão do autismo começou a evoluir de uma abordagem psicanalítica para uma perspectiva mais neurológica e biológica. Os estudos de pesquisa começaram a explorar as bases genéticas e neurobiológicas do autismo e a desenvolver novas técnicas de diagnóstico e tratamento. (DONVAN &

ZUCKER, 2017)

Desde então, a compreensão do autismo continuou a evoluir e crescer, e hoje o autismo é reconhecido como um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a capacidade de uma pessoa de se comunicar, socializar e interagir com o mundo ao seu redor. O autismo é diagnosticado com base em critérios específicos estabelecidos por manuais de diagnóstico, como o DSM-5 e o CID-11, e é tratado com uma variedade de abordagens terapêuticas e educacionais. (BANZATO, 2004)

Desta forma, podemos definir o autismo, também conhecido como transtorno do espectro autista (TEA), como é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a

capacidade de uma pessoa se comunicar, interagir socialmente e processar a informação de maneira eficiente. Se caracteriza por um padrão de comportamento repetitivo, interesses restritos e dificultados para a comunicação verbal e não verbal, o que pode afetar significativamente a vida diária das pessoas que o experimentam.

A conceituação da deficiência deve servir não para a discriminação, mas para ajudar na compreensão das especificidades inerentes a cada uma delas. Devemos lembrar que as capacidades e as potencialidades e não a deficiência é que devem definir as atitudes perante o sujeito deficiente. (BARRETO, 2014, p. 19)

O espectro autista é amplo e pode variar em sua gravidade e sintomas, o que significa que o autismo afeta a cada pessoa de maneira diferente. O diagnóstico é realizado por meio da observação do comportamento e da avaliação das habilidades de comunicação e socialização da pessoa. Embora não haja cura para o autismo, o tratamento temporário e a intervenção podem ajudar as pessoas com TEA a melhorar sua qualidade de vida e alcançar seu potencial máximo.

A INCLUSÃO DENTRO DE SALA DE AULA

A inclusão de autistas na educação é uma questão relativamente recente, que começou a ser discutida com mais força nas últimas décadas do século XX. Antes disso, a visão predominante era a de que crianças com deficiências intelectuais ou comportamentais deveriam ser excluídas do ensino regular e encaminhadas para escolas especializadas ou instituições de atendimento específico.

A partir da década de 1990, no entanto, houve uma mudança significativa na percepção do papel da escola na inclusão social e educacional de todos os alunos, independentemente de suas limitações. Esse movimento foi influenciado por uma série de fatores, como as políticas internacionais de inclusão educacional, as demandas de movimentos sociais e a evolução das pesquisas em educação especial. (COSTA, et al, 2020)

No Brasil, a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares ganhou força a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o direito à educação como um direito fundamental de todos os cidadãos. Posteriormente, em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garantiu o acesso de alunos com deficiência ao ensino regular e determinou que as escolas deveriam se adaptar às suas necessidades educacionais.

(COSTA, et al, 2020)

No entanto, foi apenas em 2008 que o Brasil promulgou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que estabeleceu diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Essa política prevê a oferta de recursos e serviços de apoio pedagógico e técnico especializado, bem como a formação de professores e demais profissionais da educação para atender às necessidades desses alunos.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografas apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (Santos, 2008, p. 9).

A inclusão de pessoas autistas no ensino público é um direito garantido por lei. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008, tem como objetivo garantir a inclusão de alunos com deficiência, incluindo autistas, nas escolas regulares.

Embora a chegada das crianças com deficiência na Educação Infantil suscite inúmeras tensões acerca de concepções e práticas, está evidenciado que sua permanência neste espaço educacional é necessária. Por um lado, é a sua presença que nos fará buscar avanços na produção de conhecimentos e na efetivação de políticas públicas. Por outro lado, é indiscutível que os processos de estimulação que ocorrem no contexto das creches e pré-escolas são fundamentais e contribuem para que as crianças superem suas limitações, sejam estas físicas, sensoriais ou cognitivas (ALVES, p. 277, 2018.)

Para atender às necessidades educacionais desses alunos, é preciso que haja uma equipe multidisciplinar, formada por professores, pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, que trabalhem em conjunto para criar um ambiente educacional adequado e inclusivo.

"Entende-se que o ambiente escolar é um lugar de intensa diversidade, pois neste, há uma junção de várias características, hábitos, crenças e valores. Apesar de este ser constituído de uma pluralidade cultural, há um padrão instituído pela sociedade deixando de lado o multiculturalismo estabelecido nas unidades escolares" (KELMAN, 2010, p. 24).

Além disso, a escola deve disponibilizar recursos e tecnologias assistivas que possam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos autistas, como materiais didáticos adaptados, softwares de comunicação alternativa, entre outros.

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos... Confirma-se, ainda, mais uma razão de ser da inclusão, um motivo a mais para que a educação se atualize, para que os professores aperfeiçoem as suas práticas e para que escolas públicas e particulares se obriguem a um esforço de modernização e de reestruturação de suas condições atuais, a fim de responderem às necessidades de cada um de seus alunos (MANTOAN, 2006, p. 30)

O objetivo da inclusão é proporcionar a esses alunos uma educação de qualidade, garantindo o acesso a todos os conteúdos e atividades oferecidos pela escola. Para isso, é importante que haja uma sensibilização da comunidade escolar em relação às questões relacionadas ao autismo, visando a redução do preconceito e a promoção da convivência harmoniosa entre todos os alunos.

De acordo com Rosseto (2005, p. 42):

[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Vale ressaltar que a inclusão dos alunos autistas no ensino público é um processo contínuo, que exige adaptações e ajustes constantes por parte da escola e da equipe multidisciplinar, visando atender às necessidades individuais de cada aluno e garantir a sua plena participação na vida escolar e social.

Apesar desses avanços, ainda há muitos desafos a serem enfrentados para garantir a inclusão efetiva de alunos autistas na educação. Entre eles estão a falta de formação adequada dos professores para lidar com as especifcidades desses alunos, a falta de recursos e materiais pedagógicos adaptados, a necessidade de adaptações arquitetônicas e de acessibilidade, entre outros.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO EM SALA DE AULA PARA ALUNOS COM AUTISMO

A educação objetiva propiciar a formação necessária ao desenvolvimento das aptidões, das potencialidades e da personalidade do educando. O processo educacional tem por meta: (a) qualifcar o educando para o trabalho; e (b) prepará-lo para o exercício consciente da cidadania (MELLO FILHO, 1986, p.533)

Existem diversas estratégias de ensino em sala de aula que podem ser utilizadas para ajudar alunos com autismo a terem um melhor desempenho acadêmico e uma interação mais efetiva com os colegas e professores. Algumas dessas estratégias incluem:

Rotinas claras e estruturadas: crianças com autismo tendem a se sentir mais seguras quando sabem o que esperar e têm rotinas estabelecidas. Por isso, é importante criar uma rotina clara e estruturada para o dia escolar, com horários para cada atividade e previsibilidade sobre o que acontecerá a seguir.

Comunicação visual: muitas crianças com autismo têm difculdades na comunicação verbal. Por isso, utilizar comunicação visual pode ajudar a tornar as informações mais claras e compreensíveis. Cartazes com instruções, imagens ou símbolos podem ser utilizados para transmitir informações importantes.

Trabalho em dupla ou grupo pequeno: alunos com autismo muitas vezes têm difculdades em interagir com outras pessoas e fazer amizades. Trabalhos em dupla ou em grupo pequeno podem ajudar a fomentar a socialização, ajudando-os a desenvolver habilidades sociais e de comunicação.

Reforço positivo: crianças com autismo tendem a responder bem a reforço po-

sitivo. Isso pode ser feito através de elogios, prêmios ou mesmo recompensas simples, como adesivos ou bônus. É importante ressaltar que o reforço deve ser feito de maneira consistente e adequada para que seja efetivo.

Atividades sensoriais: muitas crianças com autismo têm dificuldades sensoriais. Por isso, oferecer atividades sensoriais pode ajudá-las a se concentrar e se acalmar. Exemplos de atividades sensoriais incluem brincar com massinha, mexer com água ou areia e utilizar materiais com texturas diferentes.

Adaptações curriculares: algumas crianças com autismo podem precisar de adaptações curriculares para terem um desempenho acadêmico adequado. Isso pode incluir a utilização de materiais adaptados, a redução do número de tarefas ou mesmo a flexibilização dos objetivos de aprendizagem.

Essas são apenas algumas das estratégias que podem ser utilizadas em sala de aula para ajudar alunos com autismo. É importante lembrar que cada criança é única e pode responder de maneira diferente às diferentes abordagens, por isso é importante que os professores e profissionais da educação trabalhem em conjunto com os pais e profissionais de saúde para desenvolver um plano individualizado que atenda às necessidades específicas de cada aluno com autismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na educação tem sido uma discussão cada vez mais presente no meio acadêmico e na sociedade em geral. Desde a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares se tornou uma diretriz da educação brasileira.

Porém, a inclusão de autistas na educação apresenta alguns desafios. A primeira dificuldade se dá na identificação precoce do transtorno, que muitas vezes pode ser confundido com outras condições ou simplesmente não ser notado pelos pais ou educadores. É importante ressaltar que a inclusão não deve ser vista como um processo unilateral, e sim uma construção conjunta entre escola, familiares e equipe multidisciplinar, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais.

Uma vez identificado o transtorno, é fundamental garantir que o aluno autista tenha acesso a recursos pedagógicos e tecnológicos que permitam o desenvolvimento de suas habilidades e competências, respeitando suas características individuais e necessidades específicas. Alguns recursos que podem ser úteis na inclusão de autistas na educação são materiais visuais, jogos educativos, softwares de comunicação alternativa e adaptativa, dentre outros.

Outro aspecto importante da inclusão de autistas na educação é a capacitação dos educadores e demais profissionais envolvidos. É fundamental que a equipe escolar esteja preparada para lidar com as particularidades do TEA, como dificuldades de comunicação, de interação social e de comportamento, por exemplo. Cursos de formação e capacitação podem ser oferecidos pela própria escola ou por instituições especializadas.

Além disso, é importante que a escola adote medidas de adaptação para garantir a inclusão dos alunos autistas, como adequações curriculares, flexibilidade de horários e espaços, e suporte emocional e psicológico tanto para os alunos quanto para seus familiares.

A inclusão de autistas na educação é um desafio que exige o engajamento de toda a comunidade escolar e da sociedade como um todo. É preciso que sejam garantidos os direitos e oportunidades de acesso à educação para todos, independentemente de suas condições individuais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fabiola Fernanda Patrocínio. A inclusão das crianças com deficiência na educação infantil: processo em construção. Revistas Eletrônicas – Portal Periódicos.

v. 41, n. 2, 2018. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1376-8.pdf Acesso em: 29 de abr. 2023.

APA. Diagnostical and Statistical Manual – Mental Disorders – DSM-5. 5th ed.:

American Psychiatrical Association, Washington, Mai 2013.

ASSUMPÇÃO JR, F. B. Reconhecimento Facial e Autismo, Arq. Neuro-Psiquiatr.

vol. 57 n.4 São Paulo Dec. 1999.

BERNARDO, Esdras Piovesam; FERNANDES, Fabiana Carnielo; PEREZ, Gilda Antonia; GAMA, Marilis Dayane; TOLEDO, Regiane Paiva. Autismo: uma revisão sobre de produções teóricas que abordam a atuação de profissionais e da família.

São José do Rio Preto, 2015. Disponível em: http://www.unilago.edu.br/revista/edicaoatual/Sumario/2015/downloads/4.pdf. Acesso em: 29 abr. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil. Brasília, 2005

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. Outra Sintonia: a história do autismo Companhia das Letras, 2017.

FLEISCHER, S. GRINKER, Roy Richard. 2010. Autismo: um mundo obscuro e conturbado. Tradução de Catharina Pinheiro. São Paulo: Larrousse do Brasil. 320pp, Mana vol.18 no.1 Rio de Janeiro Apr.2012.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científca. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPEZ-Pison J, GARCIA-Jimenez MC, MONGE-Galindo L, LAFUENTE-Hidalgo M, PEREZ-Delgado R, GARCIA-Oguiza A, et al. Our experience with the a etiological diagnosis of global developmental delay and intellectual disability: 2006-2010. Neurologia. 2014;29(7):402-7.

Machineski GG, Schneider JF, Camatta MW. O tipo vivido de familiares de usuários de um centro de atenção psicossocial infantil. Rev Gaúcha Enferm.

2013;34(1):126-32.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?

São Paulo: Moderna, 2006. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O- ESCOLAR-MariaTeresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf Acesso em: 29 de abr. 2023.

MELLO FILHO, José Celso. Constituição Federal anotada. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

OLIVEIRA, Carolina. Um retrato do autismo no Brasil. Revista Espaço Aberto 2018. Disponível em: www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil. Acesso em: 29 abr. de 2023.

Pereira, E. Autismo: do conceito à pessoa. Lisboa: Secretariado de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. 1996.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedef, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.
TARTUCE, T. J. A. Métodos de pesquisa. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.